

## **Comissão Especializada Permanente**

### **Transportes e Mobilidade**

#### **6<sup>a</sup> Comissão**

**ATA N.º 36/XIII-4º/2024-25**

1 - Aos seis dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 14H00, na Assembleia da República, síta no Palácio de S. Bento, Praça da Constituição 1976, em Lisboa, realizou-se a trigésima sexta reunião da Comissão Especializada Permanente de Transportes e Mobilidade.

2 - Verificou-se a presença dos seguintes eleitos:

- Luís Palma, José Rocha, Paulo Viegas, Pedro Pereira, Ivo Almeida, Sónia Silva, Nuno Mendes, António Maco, Beatriz Ferreira, Ivan Gonçalves.

Iniciando a reunião, o presidente da 6<sup>a</sup> Comissão Parlamentar, Carlos Guimarães Pinto, cumprimenta todos os presentes e dá as boas-vindas à sexta comissão da Assembleia Municipal de Almada.

Aborda em seguida os temas a serem discutidos, com foco na mobilidade no concelho de Almada, que motivaram a solicitação desta audiência. Entre os pontos a serem debatidos estão os transportes públicos, a rede viária, as obras em andamento, o pórtico no nó da Queimada e outras questões que os deputados considerem relevantes.

Carlos Guimarães Pinto explica também, a metodologia a ser seguida durante o debate, detalhando os tempos de intervenção destinados aos deputados das diversas forças políticas. conclui, passando de seguida a palavra ao presidente da Assembleia Municipal de Almada, Ivan Gonçalves,

Ivan Gonçalves inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e expressando, do ponto de vista institucional, o seu agradecimento pela disponibilidade da Sexta Comissão Parlamentar em receber a Sexta Comissão da Assembleia Municipal de Almada.

Destaca que esta audiência foi solicitada com o intuito de sensibilizar todas as forças políticas para questões relacionadas à mobilidade no concelho e para partilhar o seu entendimento sobre o tema. Em seguida, cede a palavra ao Presidente da Comissão da Assembleia Municipal, Luís Palma.

Luís Palma agradece a disponibilidade para receber a comissão, e falar sobre assuntos tão diversos e preocupantes para a população Almadense, sobre temas e obras estruturantes para o desenvolvimento da região.

O deputado Ivo Almeida inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e destacando os estudos recentes que indicam Almada como um dos municípios do país onde os cidadãos enfrentam as maiores dificuldades de mobilidade, especialmente em termos de transportes públicos, nas suas deslocações diárias. A Ponte 25 de Abril está saturada, e a Ponte Vasco da Gama não é uma solução viável para quem vive em Almada, tendo em conta a distância.

Prosegue afirmando que, diante desta realidade, o Partido Socialista procurou e conseguiu implementar algumas melhorias, como a redução do preço dos passes, o lançamento da extensão do metro até à Costa da Caparica e a criação da Carris Metropolitana, que oferece uma cobertura mais abrangente. No entanto, sublinha que há muito mais a ser feito, algo que vai além do âmbito autárquico.

Enfatiza também que a própria Carris Metropolitana está a ser prejudicada não só pelo trânsito que tenta atravessar para Lisboa, mas também pela mobilidade interna dentro da cidade de Almada. Este problema não afeta apenas os municípios de Almada, mas também cidadãos de outros concelhos, uma vez que todos os fluxos acabam por desaguar na cidade. Assim, a questão tem uma dimensão distrital e deve ser encarada com preocupação.

Ivo Almeida alerta para a falta de alternativas. O transporte fluvial não oferece uma capacidade que responda à procura, e as dificuldades nos comboios da Fertagus são bem conhecidas. Diante deste cenário, coloca-se a questão da necessidade de uma terceira travessia como uma alternativa viável, concretamente o túnel Algés/Trafaria, uma solução já estudada pelo Partido Socialista. Viver em Almada não pode significar passar mais de uma hora no trânsito, conclui o deputado, antes de lançar algumas perguntas aos deputados da sexta comissão parlamentar:

Na conferência Portugal 2020, o ministro das Infraestruturas e da Habitação mencionou um projeto para o túnel submerso Algés/Trafaria. Gostaria de saber a opinião dos deputados presentes sobre a necessidade de avançar com este projeto e em que fase se encontra. Até agora, o que sabemos veio da comunicação social. Dada a urgência que acabei de destacar, gostaria de saber se existe ou não um prazo, ainda que não estimado, mas expectável, para a conclusão desta infraestrutura.

O deputado José Rocha diz no início da sua intervenção: estivemos aqui reunidos com esta mesma comissão em Maio de 2023 ouvimos as opiniões dos deputados da assembleia da República, e estamos hoje a debater os mesmos problemas, e com o mesmo objectivo, ainda assim, para de além dos pontos focados na intervenção anterior, centraria a minha intervenção na questão no Nó da Queimada, uma reivindicação de décadas da população, para a deslocalização do pórtico.

As várias entidades com que reunimos ao longo dos anos não apresentaram soluções concretas, repetem o argumento sobre a complexidade das negociações e afirmam que uma possível solução só poderia ser alcançada por meio da renegociação de um novo contrato. No entanto, estamos nesse impasse há anos, e a população está desesperada por respostas às suas reivindicações. Isso para além do obstáculo constante ao desenvolvimento da região.

Além disso, gostaria de abordar as questões relacionadas aos transportes, que é o foco da nossa reunião de hoje. Reconhecemos a melhoria nos transportes públicos, especialmente no que se refere à oferta rodoviária, com a implementação da Carris Metropolitana, mencionando também, o investimento anunciado pela administração da Transtejo, cerca de cem milhões de euros, na aquisição de dez navios elétricos. Contudo, a verdade, que é amplamente reconhecida, é que esse investimento é claramente insuficiente para atender à demanda necessária.

O deputado Nuno Mendes inicia a sua intervenção afirmando que o objetivo desta reunião é apresentar aos deputados que compõem a comissão parlamentar um conjunto de problemas e situações que afetam o distrito de Setúbal, com especial enfoque no Concelho de Almada. De acordo com o deputado, tanto o Concelho quanto o Distrito encontram-se numa situação de estagnação, com uma carência habitacional que é sufocante. sublinha a importância de adotar medidas estruturais para resolver os problemas no distrito, especialmente no Concelho de Almada.

Ao abordar as questões relacionadas com infraestruturas, o deputado aponta que relativamente a esta matéria, existem pontos em comum com outras forças políticas. No entanto, lamenta que a proposta apresentada pelo Chega, na Assembleia Municipal de Almada, para a construção do túnel Algés-Trafaria tenha sido rejeitada por motivos puramente políticos. defende que a prioridade deve ser a população e os objetivos concretos, e é e sobre isso que coloca algumas questões.

Destaca a ligação da A33, via túnel, à CRIL. trata-se, no seu ponto de vista, de uma estrutura necessária, que vai unir a cintura interna regional de Setúbal, à cintura interna regional de Lisboa, melhorando a circulação dos meios de transporte. considera que esta obra vai facilitar o tráfego em Lisboa, permitindo ainda, viabilizar a criação de novas vias de ligação a diversos meios de transporte. Relativamente às portagens na A33, defende a sua cessação.

O deputado António Pedro Maco, no uso da palavra, destaca, em relação às intervenções anteriores, que o mais relevante é perceber o entendimento das forças políticas presentes sobre a matéria em discussão.

Em referência ao que foi mencionado anteriormente pelo deputado do Partido Socialista sobre melhorias conseguidas durante o seu governo, o deputado prefere destacar o trabalho realizado pelos governos do PSD e CDS num curto período de tempo. destaca ainda, a forma como é facultada mais informação sobre as expectativas em relação aos transportes públicos, especialmente no Concelho de Almada. Nesse contexto, critica a insuficiência da nova frota de navios da Transtejo, bem como a demora no processo de plena operacionalização, solicitando a opinião dos deputados de diversas forças políticas acerca deste projeto.

Por fim, o deputado reitera a necessidade de deslocalizar o pórtico do nó da Queimada, um ponto de constrangimento para a população, e manifesta total concordância com o projeto de construção do túnel Algés/Trafaria. Deixa, ainda, um repto para uma futura discussão sobre a supressão das portagens na Ponte 25 de Abril, uma medida que considera fundamental para reduzir a sobrecarga imposta a quem precisa atravessar a ponte diariamente ou com frequência.

Intervindo no debate, a deputada Beatriz Ferreira destacou que está em discussão uma série de obras públicas com o objetivo de promover melhorias futuras para a população do distrito de Setúbal, especialmente para os Almadenses, no que diz respeito à mobilidade. No entanto, frisou que essas obras são previstas para ser morosas e, enquanto não se concretizam, é preciso implementar medidas mitigadoras para aliviar as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos no seu dia a dia. Sublinha ainda, a importância de reforçar a oferta ferroviária no troço Setúbal/Roma/Areeiro, tendo em conta o aumento do fluxo de passageiros e a insuficiência da oferta actual.

Sugeriu, além disso, o reforço do serviço de autocarros na ligação entre as duas margens, que, na sua opinião, pode ajudar a mitigar alguns dos problemas verificados tanto na linha da Fertagus e nos transportes fluviais.

O presidente da sexta Comissão Parlamentar, Carlos Guimarães Pinto, cede a palavra ao deputado do Partido Socialista, Hugo Costa, que inicia a sua intervenção destacando a compreensão das dificuldades diárias enfrentadas pela população, especialmente no Concelho de Almada. Como foi mencionado nas intervenções dos deputados municipais, a demora no transporte diário para o local de trabalho é uma realidade desgastante. Trata-se de um problema de mobilidade real e persistente, que dura há anos. É urgente encontrar soluções não apenas para a sua mitigação, mas, acima de tudo, para a sua resolução.

O Partido Socialista, durante os anos em que esteve no governo, implementou medidas de grande relevância, que beneficiaram não só o Concelho de Almada, mas também outros concelhos da Margem Sul. A criação do passe social, a extensão da rede do Metro Sul do Tejo, o reforço da oferta no transporte fluvial e a criação da Carris Metropolitana.

Quanto à Fertagus, o serviço tem piorado ao longo do tempo, e as soluções propostas pelo governo não resolvem os problemas, que afetam as populações, sobretudo da margem Sul e que é preciso resolver. Relativamente à terceira travessia, considera estruturante e importante a sua concretização.

A deputada do PSD, Sónia dos Reis, inicia a sua intervenção identificando-se como eleita pelo distrito de Setúbal e residente em Grândola, com plena consciência dos problemas que afetam não apenas a população de Almada, mas também outros concelhos da região. Continua a sua intervenção destacando que os problemas se arrastam há anos, e elogia o esforço contínuo do seu governo para alterar a atual realidade. Afirma que a resolução destas questões tem sido uma prioridade, que se reflete no trabalho desenvolvido até ao momento.

A deputada sublinha que todas as questões levantadas ao longo do debate são relevantes, acrescentando que no seu ponto de vista, Almada ocupa uma posição de particular importância no contexto do distrito, sendo um concelho estratégico devido à sua proximidade com Lisboa. Sónia dos Reis destaca que as situações mencionadas exigem tempo para serem resolvidas, e elogia uma vez mais o empenho do governo para encontrar soluções.

Sobre as preocupações apresentadas pelos deputados, a deputada afirma que estão a ser trabalhadas, nomeadamente no que se refere à extensão do Metro até à Costa da Caparica, ao projeto para a construção do túnel Trafaria/Algés e ao reforço do serviço ferroviário. Estas iniciativas, segundo Sónia dos Reis, são decisões significativas no âmbito da mobilidade e do transporte, que visam resolver os constrangimentos enfrentados pelas populações e avançar com soluções. A deputada destaca, ainda, o trabalho realizado pelo governo PSD/CDS em menos de um ano, sublinhando os progressos obtidos na melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos na região.

Carlos Guimarães Pinto cede a palavra ao deputado do Chega, Eduardo Teixeira, que se apresenta, além de deputado parlamentar, também como autarca. Destaca a importância destas reuniões, onde os órgãos ligados ao poder local, podem, de maneira reivindicativa, trazer seus problemas à casa da democracia. Menciona que os temas abordados são amplamente conhecidos, como as portagens na A33, em especial o nó da Queimada, questões que motivaram solicitações de reuniões com o governo e com a concessionária, com o objetivo de estudar a possibilidade de abolir as portagens, não só na A33, mas também na Ponte 25 de Abril. Concorda com as intervenções anteriores, especialmente com a crítica à concessão da Fertagus, que considera um enorme problema que precisa de uma solução urgente. Além disso, considera inacreditável a demora na operacionalização da nova frota de navios elétricos, que já deveria estar em funcionamento.

Eduardo Teixeira prossegue, explicando que as duas margens da Área Metropolitana de Lisboa devem ser analisadas como um todo integrado na Área Metropolitana de Lisboa, são regiões que partilham um grande número de pessoas em trânsito e, portanto, é essencial oferecer condições adequadas para facilitar esse fluxo. finaliza sua intervenção abordando a reivindicação das populações para a criação de uma faixa exclusiva para transportes públicos, uma medida que no seu ponto de vista, deve ser trabalhada de forma a garantir que ninguém seja prejudicado.

Ao iniciar sua participação no debate, a deputada Joana Mortágua, após saudar os representantes da Assembleia Municipal de Almada, destacou que as questões em debate, especialmente no que diz respeito aos transportes públicos coletivos e aos problemas que persistem há anos, são também preocupações do Bloco de Esquerda.

A deputada explicou que o partido tem acompanhado a situação e a evolução dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, com especial atenção à Margem Sul. Para o Bloco, é um tema central na vida das pessoas.

Joana Mortágua sublinhou que um bom serviço de transporte público reflete-se diretamente na qualidade de vida, uma vez que permite ao trabalhador poupar no seu salário ao gastar menos para chegar ao local de trabalho, ao mesmo tempo que lhe proporciona mais tempo para outras atividades, como acompanhar os filhos e ter uma vida além do trabalho. A forma como os transportes estão organizados influencia e estrutura a vida das pessoas, especialmente para aqueles que vivem na Margem Sul.

A deputada considerou particularmente perversa a forma como os transportes públicos foram estruturados, com o transporte de trabalhadores para os seus locais de trabalho de manhã e o no regresso a casa ao final da tarde, durante o horário laboral, sem precaver a circulação eficiente concelhos da Margem Sul

A situação é ainda mais problemática para quem precisa passar por Lisboa para ir de um concelho para outro, como os habitantes do Barreiro que, por exemplo, têm que ir a Lisboa para chegar ao Seixal ou a Almada.

Segundo Joana Mortágua, a atual estrutura de transportes públicos não foi pensada para servir as necessidades das pessoas nos territórios onde vivem. reforçou que o futuro da mobilidade não passa pelo transporte individual, pois, do ponto de vista climático, económico e de infraestruturas, isso não é viável.

Joana Mortágua criticou a atual situação das empresas de transporte, como a Transtejo, a Fertagus e a promessa da extensão do Metro Sul do Tejo, que continua a ser uma "miragem". considerando urgente um investimento robusto em transportes públicos e na criação de uma rede eficiente que atenda verdadeiramente as necessidades coletivas.

conclui a sua intervenção, opinando que não faz sentido continuar a discussão sobre a construção de uma terceira travessia, seja ela um túnel ou uma ponte, quando o que é realmente necessário é um plano estruturado, com um calendário claro de investimentos em transportes públicos.

A deputada Inês Sousa Real iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo os contributos. Assegura ter plena consciência das dificuldades enfrentadas pelas populações, particularmente as da margem, que precisam deslocar-se diariamente para Lisboa, sem perspectivas claras de soluções a curto e médio prazo. Insistiu que é justamente nessas soluções imediatas que devemos focar, e não nas grandes obras

estruturais. Embora a expansão do metro seja uma obra importante, sabemos que a sua conclusão levará alguns anos, e, portanto, não é uma solução para o imediato

É essencial resolver os problemas de sobrelocação, tanto nos comboios da Fertagus quanto nos barcos da Transtejo. Além disso, a questão do IC20 também precisa ser abordada. O que deve ser priorizado é a criação de alternativas que garantam maior fluidez no transporte público, com uma adaptação eficiente aos desafios climáticos. A deputada relembrou ainda as dificuldades em termos de rede ciclável e pedonal, o que obriga peões, especialmente aqueles com mobilidade reduzida, a circularem nas estradas em determinadas zonas, uma situação que tem levado a vários acidentes.

Defendeu a necessidade de abordar a mobilidade de forma abrangente, com uma visão estrutural e os investimentos adequados. Este plano deve ser pensado independentemente de projetos como a terceira travessia ou a expansão do metro sul do Tejo. A aposta na mobilidade, destacou, é fundamental, não apenas para melhorar as condições de deslocação, mas também como uma forma de incentivar a redução do uso do transporte individual. Concluiu assegurando que o PAN continuará a acompanhar a evolução da situação, contribuindo ativamente para encontrar soluções viáveis.

Carlos Guimarães Pinto dá início a uma segunda ronda no debate, passando a palavra ao Deputado Municipal Pedro Dias Pereira, que, após cumprimentar todos os presentes, aborda a questão do pórtico no Nó da Queimada, na A33. O deputado começa por explicar a localização do pórtico, destacando que, antes da construção da A33, existia uma estrada que servia aquelas localidades da região. Segundo Pedro Pereira, o pórtico foi colocado num local errado, que originou um desvio pelo interior da Charneca para evitar o pagamento da portagem. Esse desvio resulta numa sobrecarga de fluxo de trânsito, gerando congestionamentos que poderiam ser evitados caso o se avançasse com a deslocalização do pórtico.

Tendo solicitado a palavra para intervir nesta segunda ronda, o deputado Nuno Mendes afirmou que, sem a construção de infraestruturas adequadas, os transportes nunca serão suficientes. sem um plano estrutural, os transportes públicos ficarão saturados nas vias já existentes, sendo a oferta dos serviços sempre insuficiente para atender às necessidades da população. também se pronunciou sobre medidas que poderiam ter sido implementadas, mas que não o foram devido por falta de vontade dos sucessivos governos. Como exemplo, mencionou o nó de acesso da A2 em Santa Marta de Corroios, que, apesar de se ter gasto dinheiro para a construção dos acessos, nunca foi concluído. diz que existem diversos projetos que, ao longo dos anos, não receberam a devida atenção dos sucessivos governos. Por fim, expressou o seu apoio à ideia de que as obras no IC20 incluam um corredor exclusivo para transportes públicos, uma medida que, na sua opinião, traria significativos benefícios para a população de Almada.

Na segunda ronda de intervenções, o deputado António Pedro Maco faz questão de relembrar que estes problemas se arrastam há muitos anos, referindo-se ao que foi dito em intervenções anteriores, relativamente ao papel dos governos anteriores na implementação de medidas que trouxeram benefícios aos transportes públicos, como a introdução do passe na CP. Considerando este exemplo um reflexo da atenção deste governo em relação aos transportes, o deputado prossegue enaltecendo o trabalho da comissão ao longo do mandato, sempre atuando como porta-voz das reivindicações dos Almadenses. Faz também uma reflexão sobre o início conturbado da Carris Metropolitana, destacando que, embora a sua implementação tenha sido difícil, o serviço foi gradualmente melhorando, alcançando hoje um nível bastante razoável, graças ao esforço coletivo de todos, especialmente das populações.

Tendo solicitado a palavra para intervir no debate, a deputada Margarida Paulos iniciou a sua intervenção destacando que a mobilidade não pode ser dissociada da sustentabilidade. Enfatizou que a sustentabilidade é uma palavra que não deve ser usada de forma leviana, apenas porque quer ouvir, num cenário de alterações climáticas, os problemas relacionados com mobilidade e a sustentabilidade precisam ser tratados com seriedade, com a implementação de medidas concretas para encontrar soluções viáveis.

É fundamental reduzir o número de carros nas cidades, o que exige alternativas de transporte que permitam às pessoas optar por opções mais sustentáveis, sem a necessidade de recorrer ao automóvel. Atualmente, muitas pessoas são obrigadas a utilizar o carro, por falta de alternativas no transporte público.

Em relação à terceira travessia, a deputada contrariou a opinião de alguns colegas, afirmando que a construção de uma nova travessia só contribuirá para incentivar ainda mais o uso do automóvel, atraindo mais carros para a cidade. mencionou estudos que indicam uma sobrecarga no fluxo de trânsito na ponte em poucos anos. A possibilidade de uma nova travessia acabaria por tornar o uso do transporte individual mais atrativo, em vez de fomentar alternativas mais sustentáveis.

Para a deputada, essa não é a solução para os problemas de mobilidade. releva a importância de apostar na mobilidade suave, que permita melhorar a qualidade de vida das pessoas. A mobilidade deve ser encarada de maneira abrangente, pois impacta diversos aspectos da vida das populações.

No início da sua intervenção no debate, a deputada Sónia Silva defende que não faz sentido falar em margem sul, a designação é margem esquerda e margem direita. Almada, o distrito de Setúbal, são a margem esquerda do rio Tejo. relativamente ao túnel,diz que a perspectiva sobre o túnel não condiz com a posição da CDU.

Em seguida, aborda os problemas no transporte público fluvial, que, no seu ponto de vista, não foram devidamente discutidos ao longo do debate, aponta a grande carência de respostas neste setor, especialmente em relação às necessidades da população que depende muito dessas ligações. Um dos exemplos citados pela deputada são as ligações fluviais entre Porto Brandão, Trafaria e Belém.

Sónia Silva lembra que, na última reunião com a administração da Transtejo, falou-se sobretudo na ligação Cais do Sodré Cacilhas, que de facto está mau e é preciso resolver, tal como é importante reforçar as várias ligações fluviais, tão necessárias para uma vida mais sustentável e dinâmica, particularmente os residentes na Trafaria e Porto Brandão

A deputada também comenta sobre o destaque dado ao turismo por algumas forças políticas, que o apresentam como uma solução quase salvadora da Nação, reforça a necessidade de um olhar mais atento para a ligação fluvial Trafaria/Belém, considerando sua relevância também para o turismo.

Sónia Silva defende na sua intervenção, a criação de uma rede de transportes intra-regional no distrito de Setúbal, com foco na melhoria da oferta de transporte fluvial e ferroviário. e conclui destacando a importância de discutir a gratuidade dos passes em todas as modalidades de transportes coletivos públicos, uma prática já adotada em grandes cidades da Europa.

concluída a intervenção da deputada Sónia Silva, o Presidente da comissão parlamentar, Carlos Guimarães Pinto, cede a palavra ao presidente da sexta comissão da assembleia municipal de Almada, Luís Palma, para uma última intervenção no debate.

Luís Palma, reiterando os agradecimentos à Sexta Comissão da Assembleia da República, acrescenta que estas são questões que têm sido debatidas pelos deputados municipais ao longo de vários anos, especialmente sobre necessidade de investimento nos transportes públicos e nas infraestruturas necessárias para garantir uma melhor mobilidade no nosso concelho.

Este debate abrange, naturalmente, também a ligação e a interação de outros concelhos com a capital do país, prestes a chegar ao fim do debate, a conclusão a que se chega é que todas as forças políticas, representadas pelos deputados parlamentares e municipais, reconhecem a necessidade de investimento nos transportes públicos.

No contexto das obras em curso no IC20, Luís Palma considera fundamental a criação de um corredor exclusivo para transportes públicos.

Para concluir a sua intervenção, apela para que estas preocupações, que parecem ser transversais aos deputados de todos os partidos aqui representados, se traduzam numa vontade política e numa conjugação de esforços para avançar com o investimento necessário e implementar as medidas que atendam às necessidades da população.

A presente Ata foi aprovada por unanimidade dos Deputados/as Municipais da Comissão

O Presidente da Comissão

O Secretário da Comissão

